

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. dos Municípios, 146, SI-03
1º andar - Tabajaras
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil
Telefone +55 (34) 3303-5400, Fax +55 (34) 3303-5405
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Conselheiros e Diretores da
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (Sociedade), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de



não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O-0

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16			31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	120.641	220.145	141.205	264.323	Fornecedores	14	769.246	740.417	776.904	737.466
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	5	-	-	2.416	8.567	Empréstimos e financiamentos	15	-	1.952	2.723	4.679
Contas a receber	6	479.858	433.670	484.522	434.665	Salários, encargos e benefícios sociais	17	25.671	38.821	29.891	43.346
Estoques	7	565.965	500.238	580.303	505.340	Imposto de renda e contribuição social		-	-	652	1.761
Impostos a recuperar	8	53.608	46.791	57.659	47.308	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	39.450	45.026	41.753	46.824
Dividendos a receber	9	2.827	8.444	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.a e 20.c	9.471	11.248	14.542	17.855
Crédito com fornecedores		28.879	36.279	30.037	36.373	Outros passivos		44.562	36.670	47.332	39.125
Outros ativos		10.359	11.830	12.107	12.891						
Total do ativo circulante		1.262.137	1.257.397	1.308.249	1.309.467	Total do passivo circulante		888.400	874.134	913.797	891.056
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos e financiamentos	15	173.971	224.782	156.597	206.953
Depósitos judiciais	19.d	12.521	11.323	12.780	11.471	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16.b	2.233	-	2.233	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	5	22.390	31.765	-	-	Provisões	19	46.064	48.923	46.882	50.740
Empréstimos e adiantamentos com partes relacionadas	9.a	4.557	-	2.057	-	Demais contas a pagar		1.628	-	1.628	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	43.808	47.785	43.807	47.785						
Impostos a recuperar	8	33.070	26.004	33.070	26.004	Total do passivo não circulante		223.896	273.705	207.340	257.693
Outros ativos		1.316	615	1.378	678						
Total do realizável a longo prazo		117.662	117.492	93.092	85.938	Patrimônio líquido	20				
Investimentos	10	49.760	55.640	53	53	Capital social		124.738	124.738	124.744	124.743
Imobilizado	11	39.669	43.152	76.185	78.936	Reservas de lucros		249.699	219.935	249.709	219.947
Intangível	12	17.505	18.831	18.011	19.045	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		374.437	344.673	374.437	344.673
						Participação de não controladores		-	-	16	17
Total do ativo não circulante		224.596	235.115	187.341	183.972	Total do patrimônio líquido		374.437	344.673	374.453	344.690
Total do ativo		1.486.733	1.492.512	1.495.590	1.493.439	Total do passivo e patrimônio líquido		1.486.733	1.492.512	1.495.590	1.493.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços	23	4.230.906	3.985.865	4.273.369	4.012.610
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	24	<u>(3.408.564)</u>	<u>(3.212.116)</u>	<u>(3.430.119)</u>	<u>(3.225.805)</u>
Lucro bruto		822.342	773.749	843.250	786.805
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais e de distribuição	24	(718.675)	(668.982)	(693.085)	(639.897)
Gerais e administrativas	24	(110.530)	(95.155)	(133.372)	(115.291)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	39.096	25.235	43.307	44.455
Equivalência patrimonial	10	<u>23.773</u>	<u>33.030</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		56.006	67.877	60.100	76.072
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		30.858	42.224	34.337	43.837
Despesas financeiras		(36.824)	(52.144)	(37.764)	(52.956)
Variações monetárias e cambiais		<u>137</u>	<u>653</u>	<u>160</u>	<u>707</u>
	26	<u>(5.829)</u>	<u>(9.267)</u>	<u>(3.267)</u>	<u>(8.412)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>50.177</u>	<u>58.610</u>	<u>56.833</u>	<u>67.660</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		(6.515)	(5.532)	(13.164)	(15.060)
Diferidos		<u>(3.977)</u>	<u>(5.685)</u>	<u>(3.977)</u>	<u>(5.144)</u>
	18.b	<u>(10.492)</u>	<u>(11.217)</u>	<u>(17.141)</u>	<u>(20.204)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>39.685</u>	<u>47.393</u>	<u>39.692</u>	<u>47.456</u>
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores				39.685	47.393
Acionistas não controladores				<u>7</u>	<u>63</u>
				<u>39.692</u>	<u>47.456</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Lucro líquido do exercício	39.685	47.393	39.692	47.456
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>39.685</u>	<u>47.393</u>	<u>39.692</u>	<u>47.456</u>
Resultado atribuível a:				
Acionistas controladores			39.685	47.393
Acionistas não controladores			<u>7</u>	<u>63</u>
			<u>39.692</u>	<u>47.456</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

		<u>Reservas de lucros</u>						
	Nota	Capital social	Legal	Retenção	Lucros acumulados	Atribuível aos acionistas da controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>159.443</u>	<u>-</u>	<u>309.128</u>	<u>5</u>	<u>309.133</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	47.393	47.393	63	47.456
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.c	-	-	-	(11.848)	(11.848)	-	(11.848)
Aquisição de participação não controladora	20.d	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Transferência para reserva de lucros		-	-	35.545	(35.545)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>194.988</u>	<u>-</u>	<u>344.673</u>	<u>17</u>	<u>344.690</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	39.685	39.685	7	39.692
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.c	-	-	-	(9.921)	(9.921)	-	(9.921)
Aquisição de participação não controladora	20.d	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Transferência para reserva de lucros		-	-	29.764	(29.764)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>224.752</u>	<u>-</u>	<u>374.437</u>	<u>16</u>	<u>374.453</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		50.177	58.610	56.833	67.660
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Perda na alienação de ativo imobilizado		4.024	3.520	8.543	8.542
Depreciação e amortização	11 e 12	19.267	19.013	25.265	27.069
Receita com vendas de ativos imobilizados		(6.668)	(7.080)	(14.461)	(20.230)
Juros e variações monetárias líquidos		(1.798)	(2.663)	(1.286)	2.104
Resultado de equivalência patrimonial	10	(23.773)	(33.030)	-	-
Dividendos desproporcionais de controladas a não controladores	9	6.257	6.636	6.257	6.636
Ganho na participação de investimento por alteração de participação societária		49	378	49	670
Constituição de provisão (líquida de reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	4.054	7.074	3.227	8.708
Perdas líquidas em créditos de liquidação duvidosa	6.c	(584)	(1.144)	(443)	(1.072)
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	7 e 8	(1.562)	(6.924)	(1.562)	(6.924)
Constituição de provisão (líquida de reversão) para participação no resultado		(6.344)	6.900	(6.900)	7.718
Perdas líquidas no valor recuperável do imobilizado e do intangível - <i>impairment</i>	11.b e 12	(17)	(592)	(589)	(592)
		<u>43.082</u>	<u>50.698</u>	<u>74.933</u>	<u>100.289</u>
Variações nos ativos e passivos:					
(Aumento) no contas a receber		(45.603)	(67.467)	(73.832)	(76.497)
(Aumento) nos estoques		(64.287)	(77.972)	(73.522)	(81.385)
(Aumento) de impostos a recuperar		(12.121)	(3.608)	(15.138)	(3.604)
Redução (Aumento) de crédito com fornecedores		7.400	(13.978)	6.337	(14.072)
(Aumento) redução em outros ativos		(1.277)	(2.142)	95	1.949
(Aumento) redução de depósitos judiciais		(1.198)	3.344	(1.309)	3.389
(Aumento) redução de partes relacionadas		(2.500)	4.825	-	-
Aumento em fornecedores		28.829	70.603	63.857	78.494
Aumento em salários, encargos e benefícios sociais		348	258	1.208	447
(Redução) da participação nos lucros e resultados		(7.155)	(3)	(7.763)	(113)
(Redução) aumento em impostos, taxas e contribuições a recolher		(5.898)	2.547	(5.391)	2.552
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(9.918)	(15.516)	(10.212)	(15.646)
Aumento (redução) de outros passivos		9.519	1.246	9.835	(442)
		<u>(60.779)</u>	<u>(47.165)</u>	<u>(30.902)</u>	<u>(4.639)</u>
Caixa gerado pelas operações		(60.779)	(47.165)	(30.902)	(4.639)
Juros pagos		(21)	(85)	(21)	(85)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.956)	(6.914)	(16.384)	(16.554)
		<u>(68.756)</u>	<u>(54.164)</u>	<u>(47.307)</u>	<u>(21.278)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimento FIDC		16.300	5.200	16.300	5.200
Recebimento de caixa incorporada Smart		-	5.717	-	-
Integralização de capital em controladas	10	(7.657)	(3.400)	(58)	-
Redução de investimentos	10	11.000	-	-	-
Recebimento de dividendos	9	25.620	29.118	-	-
Recebimento pela venda de imobilizados		6.659	6.579	12.024	16.596
Aquisição de bens dos ativos imobilizado e intangível	11 e 12	(18.664)	(11.231)	(29.113)	(21.906)
		<u>33.258</u>	<u>31.983</u>	<u>(847)</u>	<u>(110)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>33.258</u>	<u>31.983</u>	<u>(847)</u>	<u>(110)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos		4.848	3.898	4.848	3.898
(Resgate) Aquisições de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC		(55.659)	9.840	(55.659)	9.840
Amortização de financiamentos		(1.947)	(71.190)	(5.113)	(74.517)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	9	(11.248)	(6.200)	(19.040)	(10.842)
		<u>(64.006)</u>	<u>(63.652)</u>	<u>(74.964)</u>	<u>(71.621)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(64.006)</u>	<u>(63.652)</u>	<u>(74.964)</u>	<u>(71.621)</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(99.504)</u>	<u>(85.833)</u>	<u>(123.118)</u>	<u>(93.009)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		120.641	220.145	141.205	264.323
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		220.145	305.978	264.323	357.332
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(99.504)</u>	<u>(85.833)</u>	<u>(123.118)</u>	<u>(93.009)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receitas					
Vendas brutas de mercadorias e serviços prestados	23	4.857.876	4.624.750	4.910.322	4.654.086
Outras (despesas) receitas		3.223	3.561	6.621	11.839
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		584	1.144	443	1.072
		<u>4.861.683</u>	<u>4.629.455</u>	<u>4.917.386</u>	<u>4.666.997</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(3.955.532)	(3.756.402)	(3.975.356)	(3.761.099)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(491.271)	(459.358)	(411.833)	(364.911)
Provisão para perda na realização de ativos		1.705	10.722	2.277	10.723
		<u>416.585</u>	<u>424.417</u>	<u>532.474</u>	<u>551.710</u>
Valor adicionado bruto					
Retenção					
Depreciação e amortização	11 e 12	(19.267)	(19.013)	(25.265)	(27.069)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade					
		397.318	405.404	507.209	524.641
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	23.773	33.030	-	-
Perda decorrente da variação do percentual de participação		(6.306)	(6.636)	(6.306)	(6.636)
Receitas financeiras	26	31.500	43.395	35.002	45.062
Aluguéis		472	139	-	-
		<u>446.757</u>	<u>475.332</u>	<u>535.905</u>	<u>563.067</u>
Valor adicionado total a distribuir					
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos:					
Salários e encargos		203.383	190.615	246.078	240.038
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	9.b	7.469	5.755	7.909	5.790
Participação dos empregados nos lucros		811	6.902	830	7.890
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		116.751	123.549	142.865	146.308
Estaduais		10.395	17.174	24.523	25.886
Municipais		2.492	1.947	3.726	3.439
Financiadores:					
Juros e variações cambiais	26	37.329	52.662	38.269	53.474
Aluguéis		28.442	29.335	32.013	32.787
Juros sobre o capital próprio e dividendos		9.921	11.848	15.837	18.455
Lucros retidos		29.764	35.545	23.855	29.000
		<u>446.757</u>	<u>475.332</u>	<u>535.905</u>	<u>563.067</u>
Valor adicionado distribuído					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$)

1 Contexto operacional

A Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida José Andraus Gassani, 5.400, na cidade de Uberlândia - MG, sendo controlada pela Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), que, por sua vez, é controlada pela Almar Participações Ltda., sendo todas as empresas constituídas na forma de companhia de capital fechado. A Sociedade atua no atacado e varejo, comercializando e distribuindo bens de consumo duráveis e não duráveis, incluindo produtos farmacêuticos e assemelhados, bem como prestando serviços de transporte de carga e logística integrada.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Sociedade na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2018.

b. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Sociedade e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Sociedade atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das práticas contábeis pela Sociedade, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3** - Consolidação - Determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida, incluindo o Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC;
- **Nota explicativa 6** - Contas a receber - Reconhecimento e mensuração de perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 7** - Estoques - Reconhecimento e mensuração de ajuste a valor de mercado e perdas na realização dos estoques;
- **Nota explicativa 8** - Impostos a recuperar - Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS;
- **Nota explicativa 11 e 13** - Classificação de arrendamento mercantil.
- **Nota explicativa 19** - Provisões - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais práticas contábeis

a. Bases de consolidação

(i) Definição de controladas para fins de consolidação

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao ser avaliado se a Sociedade controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

(ii) Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade incorporam os saldos das contas da Sociedade e dos recebíveis mantidos pelo Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“FIDC” ou “Fundo”), no montante mencionado na nota explicativa nº 5.

Os saldos dos recebíveis transferidos para o Fundo foram reintegrados tendo como contrapartida a rubrica “Empréstimos e financiamentos” (nota explicativa nº 15) nos passivos circulante e não circulante, de acordo com a idade de vencimento. O saldo referente ao investimento nas cotas subordinadas do Fundo, no montante de R\$ 19.974 (R\$ 23.198 em 31 de dezembro de 2016), líquido do saldo remanescente não alocado na aquisição de direitos creditórios, foi reclassificado da rubrica “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC”, no ativo não circulante, para a rubrica “Empréstimos e financiamentos”, no passivo não circulante, reduzindo o saldo do passivo não circulante.

(iii) Critérios de consolidação e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação - %	
	31/12/17	31/12/16
Martins Integração Logística Ltda. (“MIL”)	99,94	99,98
Martins Veículos Uberlândia Ltda. (“Martins Veículos”)(*)	61,84	61,84
Martins URN-MG Distribuição Ltda. (“SLIM-MG”)	99,99	99,99
Martins URN-GO Distribuição Ltda. (“SLIM-GO”)	99,99	99,99
Martins SP Distribuição Ltda. (“SLIM-SP”)	99,97	99,99
Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. (“SLIM-NE”)	99,99	99,98
Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“FIDC” ou “Fundo”)	100,00	100,00
MD Distribuição e Serviços Ltda. (“MD”)	99,99	99,99
Martins Caminhões Ltda.	94,23	93,35
CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição LTDA.	99,90	-

(*) O percentual de participação direta na controlada Martins Veículos é de 61,84% e a participação indireta é de 99,99%.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Sociedade foram destacadas as participações dos não controladores.

b. Receita operacional

A receita compreende o valor da venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até as datas dos balanços, à medida que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

As bonificações recebidas e os descontos de fornecedores são reconhecidos como redução aos estoques, e o benefício é reconhecido dentro do custo das mercadorias vendidas no momento de sua venda.

c. Transação em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado a título de variação cambial.

d. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

O IRPJ e a CSLL da Sociedade e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real e lucro presumido, como aplicável a cada empresa, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

e. Estoques

Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também são constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

f. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas médias do ativo imobilizado são as seguintes:

- **Edificações** - 27 anos (27 anos em 2016)

- **Benfeitorias em propriedades de terceiros** - 5 anos (4 anos em 2016)
- **Máquinas e equipamentos** - 8 anos (8 anos em 2016)
- **Equipamentos de informática** - 3 anos (3 anos em 2016)
- **Veículos de apoio e transporte**- 7 anos (8 anos em 2016)

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que não se enquadram na definição de ativo qualificável, conforme descrito no item 5 do pronunciamento técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

g. Intangível

Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração.

(i) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 12, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, é provável a geração de benefícios econômicos futuros superiores ao respectivo custo. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

(ii) Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais são capitalizados e amortizados utilizando o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº12.

h. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram contratados, sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreendem ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. A Sociedade não possui ativos classificados nessa categoria.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. No caso da Sociedade, compreendem o caixa e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e as transações com partes relacionadas (nota explicativa nº 9).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros compreendem os passivos mensurados pelo método de juros efetivos, incluindo empréstimos, com alocação desses juros pelo período do contrato.

Os passivos financeiros são classificados como:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo; ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem os passivos mensurados pelo método de juros efetivos, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

i. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - “Impairment test”

Durante o exercício social o Grupo revisa os saldos dos bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos operacionais têm sofrido redução em seus valores de recuperação. Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada dos itens, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

j. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

k. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente, uma vez que, com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e o volume de operações de venda a prazo praticado não ser representativo em relação ao total de vendas, a Sociedade considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes e/ou quando da cessão desses títulos ao Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, em que o Fundo passa a adquirir diretamente da Sociedade os direitos representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a seus clientes.

l. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“impairment”) do ativo transferido.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade.

m. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação, como:

- Financeiros: os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens.
- Operacionais: os contratos de locação da Sociedade, referentes a bens imóveis, são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional.

n. Provisões

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

o. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

p. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente nos demais ativos e passivos não circulantes, uma vez que ela considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

q. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade.

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s. Normas e publicações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade no período inicial.

Impacto estimado da adoção do CPC 47 / IFRS 15

A Sociedade e suas controladas estão obrigadas a adotar o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A Administração da Sociedade já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial dos novos pronunciamentos terão em suas demonstrações financeiras individual e consolidadas, baseando em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras e está resumido a seguir.

Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes, pois a Administração da Sociedade não finalizou os testes e a avaliação das novas políticas contábeis e estão sujeitas a alterações até que a Sociedade apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

O ajuste total estimado (líquido de impostos) no saldo de abertura do patrimônio líquido da Sociedade em 1 de janeiro de 2018 é de R\$ 603. Os principais componentes do ajuste estimado são os seguintes:

- Uma redução de R\$ 603 em lucros acumulados e no resultado devido ao não reconhecimento das vendas canceladas ocorridas a partir de 1º de janeiro de 2018, referente as vendas realizadas até 31 de dezembro de 2017.
- Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços ficaria majorada em R\$ 145.555 e a receita bruta de serviços ficou a menor no mesmo valor das mercadorias, em razão da não segregação de venda de serviços de entrega incluídos no preço das mercadorias, no qual não tem nenhum efeito sobre o resultado.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) - CPC 47

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) - CPC 48

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Uma análise inicial foi realizada pela Administração e não foi identificada variação relevante para adoção inicial deste pronunciamento.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Caixa e bancos	882	744	2.164	1.655
Aplicações financeiras (*)	119.759	219.401	139.041	262.668
Total	120.641	220.145	141.205	264.323

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados à taxas que variam entre 100% e 106% (106% em 31 de dezembro de 2016) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e Operações Compromissadas com liquidez diária remuneradas à taxa de 75% do Certificado de Depósito

Interbancário - CDI, ambas aplicadas em bancos de primeira linha. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

5 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

O Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“Fundo”), constituído em 6 de janeiro de 2005 e mantido até o vencimento, é administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, tendo como objeto proporcionar aos cotistas, de acordo com regras estabelecidas em regulamento, a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios de curto prazo originados pelas vendas mercantis da Sociedade a clientes, que são financiadas pelo Tribanco.

Em 15 de junho de 2011, a Sociedade alterou a modalidade anteriormente praticada de financiamento “vendedor” da qual era coobrigada, para a modalidade de financiamento próprio. Assim, por decisão da 16ª Assembleia Geral de Cotistas, o Fundo passa a adquirir diretamente da Sociedade os direitos creditórios representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a prazo.

Em 16 de fevereiro de 2017 foi realizada a 32ª. Assembléia Geral de Quotistas do Fundo na qual foi deliberada a substituição do Itaú Unibanco S.A. como custodiante e escriturador para o Banco Finaxis S.A a partir do fechamento do dia 24 de fevereiro de 2017 (“Data de Transferência”);

Em 05 de julho de 2017 foi realizada a 35ª. Assembléia Geral de Quotistas do Fundo na qual foram deliberadas as seguintes alterações:

- (i) Redução do patrimônio líquido do Fundo em até 50%, sem a incidência de quaisquer penalidades, de acordo com o seguinte calendário de amortizações extraordinárias: 12,50% em 15 de setembro de 2017; 12,50% em 15 de dezembro de 2017; 12,50% em 17 de setembro de 2018 e 12,50% em 17 de dezembro de 2018;
- (ii) Alteração da rentabilidade para as cotas seniores de 112% para 108,25% do CDI para o período compreendido entre 10 de julho de 2017 a 15 de setembro de 2017; de 108,25% para 108,79% do CDI para o período compreendido entre 18 de setembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017; de 108,79% para 109,50% do CDI para o período compreendido entre 18 de dezembro de 2017 a 17 de setembro de 2018; de 109,50% para 110,50% do CDI para o período compreendido entre 18 de setembro de 2018 a 17 de dezembro de 2018 e de 110,50% para 112% do CDI para o período compreendido entre 18 de dezembro de 2018 a 02 de junho de 2019.

Em 02 de junho de 2017, a Sociedade amortizou os juros acumulados sobre a rentabilidade das cotas seniores no valor de R\$ 27.662 (R\$ 29.260 em 2016), Em 15 de setembro de 2017 e em 15 de dezembro de 2017, respectivamente, aconteceram amortizações extraordinárias de cotas seniores no valor de total de R\$ 45.121. Durante o ano de 2017, com o objetivo de manter a proporcionalidade das cotas subordinadas após a amortização anual da rentabilidade e amortização extraordinária das cotas seniores, houve o resgate do montante de R\$ 14.511 (R\$ 4.698 em 2016), líquido do imposto de renda retido na fonte de R\$ 1.789 (R\$ 502 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade detinha 295 (295 em 31 de dezembro de 2016) cotas subordinadas do Fundo, com valor unitário de R\$ 75.897 (R\$ 107.679 em 31 de dezembro de 2016) e o saldo total registrado na rubrica “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC”, no ativo não circulante, de R\$ 22.390 (R\$ 31.765 em 31 de dezembro de 2016).

As características das cotas do Fundo estão demonstradas a seguir:

Tipos de cotas	Quantidade	Rendimento
Seniores	1.116	109,5% do CDI
Subordinadas (*)	<u>295</u>	(*)
Total	<u><u>1.411</u></u>	

- (*) O rendimento das cotas subordinadas é obtido pela diferença entre a taxa de desconto dos direitos creditórios adquirida pelo Fundo, deduzida da rentabilidade das cotas seniores, e outras despesas devidas. Os efeitos decorrentes do inadimplemento de quaisquer dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, assim como de quaisquer outras perdas por ele experimentadas, serão atribuídos às cotas subordinadas até o limite equivalente ao somatório do valor total destas. Uma vez excedido esse somatório, o efeito da inadimplência repercutirá nas cotas seniores. As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou o resgate das cotas seniores.
- **Rendimento do fundo:** o Fundo busca atingir rentabilidade (“benchmark”) de 109,5% da taxa média diária dos depósitos interbancários de um dia. O “benchmark” é aplicado às cotas da classe sênior, não havendo “benchmark” predeterminado para as cotas subordinadas, razão pela qual essas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Em 31 de dezembro de 2017, o Fundo possuía um saldo remanescente de R\$ 2.416 (R\$ 8.567 em 31 de dezembro de 2016) não alocado na aquisição de direitos creditórios. Trata-se da variação entre o saldo dos recebíveis cedidos a vencer e a valorização dessas cotas de acordo com o patrimônio líquido do Fundo naquela data.

6 Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Contas a receber de clientes	295.994	210.424	316.788	212.178
Contas a receber cedidas - Martins FIDC (i)	169.271	225.040	169.271	225.040
Partes relacionadas (nota explicativa 9.a)	16.717	914	826	253
Perdas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	<u>(2.124)</u>	<u>(2.708)</u>	<u>(2.363)</u>	<u>(2.806)</u>
Total	<u><u>479.858</u></u>	<u><u>433.670</u></u>	<u><u>484.522</u></u>	<u><u>434.665</u></u>

- (i) A Sociedade realiza operações de cessão de seus direitos creditórios representados substancialmente por suas vendas a prazo, através do Martins FIDC, conforme descrito na nota explicativa nº 5. O saldo apresentado está líquido da provisão para perdas já registradas no Fundo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 5.073 (R\$ 7.581 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento, sendo constituída provisão para perdas dos títulos vencidos acima de 45 dias. Os créditos considerados irre recuperáveis são levados diretamente ao resultado do exercício.

- a. Os saldos a receber por idade de vencimento, exceto Martins FIDC, dos títulos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
A vencer	301.679	201.921	306.994	202.478
Vencidos:				
Até 30 dias	7.659	5.716	7.247	5.813
Até 60 dias	866	644	866	1.009
Até 90 dias	605	373	605	434
Até 180 dias	1.424	1.456	1.424	1.467
Acima de 180 dias	478	1.228	478	1.230
Total	312.711	211.338	317.614	212.431

- b. Os saldos a receber por idade de vencimento dos títulos cedidos ao Martins FIDC em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
A vencer	154.004	205.224	154.004	205.224
Vencidos:				
Até 30 dias	10.737	12.553	10.737	12.553
Até 60 dias	578	1.069	578	1.069
Até 90 dias	531	706	531	706
Até 180 dias	1.173	1.821	1.173	1.821
Acima de 180 dias	2.248	3.667	2.248	3.667
Total	169.271	225.040	169.271	225.040

- c. A movimentação das perdas com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Saldos no início do exercício	(2.708)	(3.394)	(2.806)	(3.878)
Saldo transferido por incorporação de controlada	-	(458)	-	-
Adições	(4.725)	(3.532)	(5.403)	(4.399)
Baixas	5.309	4.676	5.846	5.471
Saldos no fim do exercício	(2.124)	(2.708)	(2.363)	(2.806)

A exposição máxima de risco de crédito da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 207.170 (R\$ 150.142 em 31 de dezembro de 2016), sendo determinado pelo valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento, exceto para os recebíveis de cartões de crédito, em que o risco é assumido pelas operadoras.

A exposição do Grupo a risco de crédito e moedas e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outras contas é divulgada na nota explicativa 21.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Mercadorias para revenda	575.921	514.932	589.315	518.966
Veículos para revenda	-	-	31	340
Mercadorias em trânsito	1.042	1.139	1.042	1.139
Almoxarifado	479	532	1.698	1.260
Importação em andamento	-	461	-	461
Bonificação de fornecedores de mercadorias em estoque	(9.891)	(14.024)	(10.197)	(14.024)
Ajuste a valor de mercado e perdas na realização (*)	(1.586)	(2.802)	(1.586)	(2.802)
Total	565.965	500.238	580.303	505.340

(*) O valor dos ajustes refere-se a prováveis perdas com desvalorização dos estoques e giro lento:

- a. **Giro dos estoques:** Para os itens sem giro acima de 90 dias, a Sociedade estima o valor da provisão para perdas nos estoques com base no custo médio de aquisição e considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas no curso de suas operações.
- b. **Desvalorização dos estoques:** Mensurada pela Administração da Sociedade basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de obsolescência. A Sociedade estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados ao custo registrado.

A movimentação dessas perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Saldos no início do exercício	(2.802)	(5.180)	(2.802)	(5.180)
Adições	(2.117)	(2.568)	(2.117)	(2.568)
Baixas	3.333	4.946	3.333	4.946
Saldos no fim do exercício	(1.586)	(2.802)	(1.586)	(2.802)

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Circulante:				
ICMS (*)	47.711	38.140	48.058	38.324
ICMS-ST	1.986	3.135	1.986	3.135
IRPJ e CSLL antecipados	1.238	2.000	2.342	2.008
PIS e COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado	499	351	2.724	351
Outros	2.174	3.165	2.549	3.490
Total	53.608	46.791	57.659	47.308

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Não circulante:				
ICMS (a)	46.852	40.132	47.095	40.375
Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS (a)	<u>(13.782)</u>	<u>(14.128)</u>	<u>(14.025)</u>	<u>(14.371)</u>
Total	<u><u>33.070</u></u>	<u><u>26.004</u></u>	<u><u>33.070</u></u>	<u><u>26.004</u></u>

(*) O crédito de ICMS a recuperar foi acumulado devido aos seguintes fatores:

(i) Filial Uberlândia - MG

Diferença de alíquota do ICMS na entrada e na saída de mercadorias nos estabelecimentos da Sociedade, uma vez que os créditos sobre compras e transferências de mercadorias são recuperados à alíquota média de 11%, porém a alíquota média de saída para as filiais localizadas nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e norte é de 9%.

Em 23 de dezembro de 2015, a Sociedade firmou Autorização Provisória com prazo de vigência indefinida, de nova forma de tributação de ICMS/ST com o Estado de Minas Gerais, o imposto passou a ser calculado à alíquota média de 12% sobre o preço médio ponderado de aquisição das mercadorias nacionais e 4% sobre o preço das mercadorias importadas ou com conteúdo de importação superior a 40%, recebidos de outros Estados. Com esta nova sistemática, a alíquota média de saída de ICMS no Estado de Minas Gerais sofreu uma redução na ordem de 2 p.p., passando de 13% no ano de 2015 para 11% em 2016.

Em 14 de dezembro de 2016, a Sociedade foi comunicada pela Secretária da Fazenda do Estado de Minas Gerais que a alíquota de ICMS nas saídas com operações próprias dentro do Estado passaria de 12% para 15% a partir de janeiro de 2017.

Em abril de 2017, a Sociedade iniciou suas operações no novo Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás, para atender as regiões centro-oeste, norte e parte do sudeste. Com esta nova descentralização das operações, a Administração e seus consultores legais, realizou estudos técnicos baseando-se no modelo logístico desenvolvido para Unidade de Goiás, para os próximos exercícios e concluiu que o saldo credor de ICMS com as operações próprias serão recuperados conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora e Consolidado
2018	25.367
2019	27.642
2020	<u>3.318</u>
Total	<u><u>56.327</u></u>

(i) Filial João Pessoa - PB

Na transferência de mercadorias da filial localizada no Estado da Paraíba para o Estado do Rio Grande do Norte é exigida a antecipação do ICMS;

(ii) Filial Brasília - DF

No Distrito Federal, o ICMS era recolhido de acordo com as condições destacadas na nota explicativa 16, a partir de 1º de janeiro de 2014, com as alterações ocorridas na legislação a Sociedade foi obrigada a comprovar o recolhimento integral do imposto, para depois obter o financiamento. O recolhimento desta diferença foi registrada até o mês de novembro de 2014, como impostos a recuperar.

(iii) Filial Paranaíba - MS

Com base em opinião de seus consultores jurídicos, em outubro de 2016 a Administração negociou novo Regime Especial de ICMS para o Estado do Mato Grosso do Sul, o qual permitiu que a sociedade a partir de novembro de 2016 passasse a compensar o saldo credor de ICMS na ordem de R\$ 4.993 com os débitos gerados nas vendas internas. Até aquela data a Sociedade tinha que antecipar o ICMS na entrada do Estado com uma margem de lucro superior a praticada. O saldo credor de ICMS foi totalmente realizado no mês de junho de 2017.

t. Provisão para perdas líquidas com créditos de ICMS

Considerando que a Sociedade não tem expectativa de recebimento nem de compensação de parte dos créditos no curto e médio prazos de suas filiais localizadas no Centro-Oeste, Nordeste e Distrito Federal, a Administração vem constituindo provisão para perda para fazer face à não realização desses créditos. O saldo dessa provisão em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 13.782 (R\$ 14.128 em 31 de dezembro de 2016) na controladora e de R\$ 14.025 (R\$ 14.371 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado, a qual, em 31 de dezembro de 2017, corresponde a 15% (18% em 31 de dezembro de 2016) na controladora e 15% (18% em 31 de dezembro de 2016) no consolidado do montante desses créditos

Movimentação das perdas líquidas com crédito de ICMS:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Saldos no início do exercício	(14.128)	(18.674)	(14.371)	(18.917)
Perdas líquidas para não realização de créditos revertidas no exercício	346	4.546	346	4.546
Saldos no fim do exercício	(13.782)	(14.128)	(14.025)	(14.371)

9 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora da Sociedade é a Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), sendo a controladora final a Almar Participações S.A.

b. Transações e saldos

As transações e os saldos realizados entre a Sociedade e suas partes relacionadas referem-se a empréstimos, operações mercantis, dividendos, serviços e aplicações financeiras, e ocorrem conforme acordo entre as partes. Os principais valores em 31 de dezembro são resumidos a seguir:

	Controladora												Total
	31/12/17												
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Farma Service	MD Distribuição	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	CDM-PE	Outros	
Saldos:													
Contas-correntes	-	-	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80
Aplicações financeiras	-	-	85.590	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85.590
Contas a receber	2	1	603	16	1280	17	90	83	29	68	14.329	199	16.717
Créditos com Partes Relacionadas	-	-	-	2.057	-	-	-	-	-	-	-	-	2.057
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	1.500	-	-	-	-	-	1.000	-	2.500
Aluguéis a pagar	-	(1.217)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.217)
Contas a pagar	-	-	(266)	-	-	(763)	(1.097)	(1.502)	(187)	(1.144)	(317)	-	(5.276)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	1.158	-	567	75	718	309	-	2.827
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(8.903)	(568)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.471)
Transações:													
Venda de mercadorias	-	-	-	-	1.799	-	-	-	-	-	91.762	-	93.561
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	-	(18.833)	(42.195)	(34.235)	(7.969)	(23.299)	-	-	(126.531)
Receitas financeiras	-	-	8.333	49	-	-	-	-	-	-	-	-	8.382
Receita de aluguel	-	-	-	-	471	-	-	-	-	-	-	-	471
Despesas com aluguel de imóveis	-	(15.889)	(28)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.917)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:													
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(10.573)	(675)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.248)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.257)	(6.257)
Dividendos recebidos(*)	-	-	-	-	-	6.492	9.499	3.400	3.199	3.030	-	-	25.620

(*) A Sociedade considera os dividendos como um retorno sobre os seus investimentos, e desta forma apresenta no Fluxo de Caixa como atividades de investimento

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017*

Controladora														
31/12/16														
	Almart	Martins Participações	Tribanco	SMART	Farma Service	MD Distribuição	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	CDM- PE	Outros	Total
Saldos:														
Contas-correntes	-	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Aplicações financeiras	-	-	162.050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162.050
Contas a receber	-	-	181	-	-	72	184	97	139	76	91	-	74	914
Aluguéis a pagar	-	(1.492)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.492)
Contas a pagar	-	-	-	-	(3.517)	-	(667)	(2.618)	(1.716)	(719)	(1.298)	-	-	(10.535)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	1.294	2.000	1.050	2.250	1.850	-	-	8.444
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(10.574)	(674)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.248)
Transações:														
Venda de mercadorias	-	-	-	-	-	2.326	-	-	-	-	-	-	-	2.326
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	-	-	(15.742)	(41.241)	(31.585)	(23.928)	(23.404)	-	-	(135.900)
Receitas financeiras	-	-	22.257	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.257
Despesas com aluguel de imóveis	(175)	(16.615)	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.838)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:														
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(5.952)	(248)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.200)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.636)	(6.636)
Dividendos recebidos	-	-	-	1.800	-	-	6.520	9.500	3.750	4.449	3.099	-	-	29.118

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Consolidado						
31/12/17						
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Farma Service	Outros	Total
Saldos:						
Contas-correntes	-	-	147	-	-	147
Aplicações financeiras	-	-	104.742	-	-	104.742
Contas a receber	2	1	603	28	192	826
Créditos com Partes Relacionadas	-	-	-	2.057	-	2.057
Aluguéis a pagar	-	(1.217)	-	-	-	(1.217)
Contas a pagar	-	-	(266)	-	-	(266)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(8.904)	(568)	-	-	(5.070)	(14.542)
Transações:						
Receitas financeiras	-	-	11.494	49	-	11.543
Despesas com aluguel de imóveis	-	(15.889)	(28)	-	-	(15.917)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(10.573)	(675)	-	-	(7.792)	(19.040)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	(6.257)	(6.257)

Consolidado						
31/12/16						
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Outros	Total	
Saldos:						
Contas-correntes	-	-	234	-	234	
Aplicações financeiras	-	-	205.316	-	205.316	
Contas a receber	-	-	181	72	253	
Contas a pagar	-	-	-	(3.517)	(3.517)	
Aluguéis a pagar	-	(1.492)	-	-	(1.492)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(10.574)	(674)	-	(6.607)	(17.855)	
Transações:						
Receitas financeiras	-	-	27.338	-	27.338	
Despesas com aluguel de imóveis	(175)	(16.615)	(48)	-	(16.838)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.952)	(248)	-	(4.642)	(10.842)	
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	(6.636)	(6.636)	

c. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Honorários do Conselho de Administração	3.639	3.457	3.639	3.457
Honorários da Diretoria	3.830	2.298	4.270	2.333
Total	7.469	5.755	7.909	5.790

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2017 não foi registrado nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho).

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Sociedade, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% dos lucros do exercício, condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas pela Administração da Sociedade.

10 Investimentos

a. Informações e movimentação dos investimentos

	31/12/17									
Controladas	MIL	Martins Veículos	CDM-PI	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Total
Participação total no capital social	99,94%	61,84%	99,90%	99,99%	99,99%	99,97%	99,99%	94,23%	99,99%	
Patrimônio líquido	3.613	1.840	1.000	9.518	14.143	3.787	9.305	155	7.065	
Resultado do exercício	12.610	131	309	7.321	2.917	1.025	1.898	(1)	(2.747)	
Movimentação										
Saldo inicial	3.613	1.056	-	13.619	14.167	10.477	9.297	146	3.212	55.587
Aporte de capital	8	-	999	-	-	-	-	50	6.600	7.657
Redução de Capital	-	-	-	(4.000)	-	(7.000)	-	-	-	(11.000)
Resultado de equivalência patrimonial	12.604	82	309	7.398	2.890	1.333	1.905	(1)	(2.747)	23.773
Ganho (Perda) na participação de investimento por alteração de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	(49)	-	(49)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(6.257)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.257)
Distribuição de lucros	(6.356)	-	(309)	(7.499)	(2.917)	(1.025)	(1.898)	-	-	(20.004)
	3.612	1.138	999	9.518	14.140	3.785	9.304	146	7.065	49.707
Outros										53
Total										49.760

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017*

31/12/16

Controladas	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Total
Participação total no capital social	99,98%	61,84%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,98%	93,35%	99,99%	
Patrimônio líquido	3.613	1.708	-	13.697	14.143	10.787	9.305	156	3.212	
Resultado do exercício	10.764	311	1.691	6.800	4.611	4.888	3.827	874	(188)	
Movimentação										
Saldo inicial	3.528	571	1.927	13.596	14.081	10.598	8.058	-	-	52.359
Aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	3.400	3.400
RE										
Aumento(Redução) de capital social com bens	-	-	-	-	-	-	1.218	-	-	1.218
Baixa de Investimento por Incorporação (*)	-	-	(1.967)	-	-	-	-	-	-	(1.967)
Resultado de equivalência patrimonial	10.761	193	1.690	6.722	4.636	4.579	3.821	816	(188)	33.030
Ganho (Perda) na participação de investimento por alteração de participação societária	-	292	-	-	-	-	-	(670)	-	(378)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(6.636)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.636)
Distribuição de lucros	(4.040)	-	(1.650)	(6.699)	(4.550)	(4.700)	(3.800)	-	-	(25.439)
	<u>3.613</u>	<u>1.056</u>	<u>-</u>	<u>13.619</u>	<u>14.167</u>	<u>10.477</u>	<u>9.297</u>	<u>146</u>	<u>3.212</u>	<u>55.587</u>
Outros										<u>53</u>
Total										<u>55.640</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 1

b. Outras informações relevantes sobre os investimentos

(i) *Martins Veículos*

A Martins Veículos Uberlândia Ltda. foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a compra, a venda e o aluguel de veículos e assemelhados, máquinas e equipamentos, novos e usados.

(ii) *MIL*

A Martins Integração Logística Ltda. foi constituída em 9 de fevereiro de 2007, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias, a armazenagem e a paletização de cargas.

(iii) *Smart*

A Smart Varejos Ltda foi constituída em 25 de abril de 2000, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a prestação de serviços de assessoramento e consultoria na área de gestão operacional, concessão e licenciamento de uso de marca, disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista, promoção de parcerias com fornecedores de produtos, equipamentos e serviços para atender à rede de filiados, promoção de programas de marketing em benefício da rede de filiados, participação em outras sociedades e comércio, no atacado e no varejo, na importação e exportação.

Em 29 de julho de 2016, em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado a incorporação integral da Controlada Smart, pelo seu valor patrimonial contábil de R\$1.967.

(iv) *SLIM-MG*

A Martins URN - MG Distribuidora Ltda foi constituída em 2 de janeiro de 1976, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

(v) *SLIM - GO*

A Martins URN-GO Distribuição Ltda. foi constituída em 20 de dezembro de 2013, com sede em Aparecida de Goiânia - GO, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

(vi) *SLIM - SP*

A Martins SP Distribuição Ltda. foi constituída em 10 de fevereiro de 2014, com sede em Ribeirão Preto - SP, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

(vii) *SLIM - Nordeste*

A Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. foi constituída em 06 de março de 2014, com sede em Jaboatão dos Guararapes - PE, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

(viii) *MD Distribuição*

A MD Distribuição e Serviços Ltda. foi constituída em 19 de abril de 2016, com sede em Uberlândia-MG, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

(ix) **CMD-PE**

A CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. foi constituída em 03 de janeiro de 2017, com sede em Jaboatão dos Guararapes-PE, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

c. Principais informações das controladas

	31/12/17								
	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição
Ativo total	12.827	1.864	18.049	15.552	18.031	4.847	13.314	155	21.073
Passivos total	9.214	24	17.049	6.034	3.888	1.060	4.009	-	14.009
Patrimônio líquido	3.613	1.840	1.000	9.518	14.143	3.787	9.305	155	7.064
Receita líquida	27.445	683	94.523	37.619	29.128	6.357	21.607	-	24.829
Lucro (prejuízo) do exercício	12.610	131	309	7.321	2.917	1.025	1.898	(1)	(2.747)

	31/12/16								
	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD - Distribuição
Ativo total	15.671	1.742	-	23.329	19.281	15.769	15.218	156	6.943
Passivos total	12.058	34	-	9.632	5.138	4.982	5.913	-	3.731
Patrimônio líquido	3.613	1.708	-	13.697	14.143	10.787	9.305	156	3.212
Receita líquida	25.485	905	14.366	38.665	27.637	20.339	19.910	-	1.916
Lucro (prejuízo) do exercício	10.764	311	1.691	6.800	4.611	4.888	3.827	874	(188)

11 Imobilizado

	Controladora						
	Taxa (i) - %	31/12/17			31/12/16		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	128	-	128	136	-	136
Edificações	3,66	9.575	(6.378)	3.197	9.696	(6.332)	3.364
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20,47	8.505	(6.523)	1.982	8.290	(7.151)	1.139
Máquinas e equipamentos	11,77	63.141	(42.910)	20.231	62.213	(41.761)	20.452
Equipamentos de informática	38,55	37.424	(32.379)	5.045	35.575	(30.181)	5.394
Veículos de transporte e apoio	14,74	41.670	(35.126)	6.544	48.805	(38.636)	10.169
Móveis e utensílios	12,48	5.740	(4.869)	871	5.981	(4.884)	1.097
Outros	19,80	18.306	(17.584)	722	18.191	(16.795)	1.396
Imobilizado em andamento (ii)	-	949	-	949	5	-	5
Total		185.438	(145.769)	39.669	188.892	(145.740)	43.152

	Consolidado						
	Taxa (i) - %	31/12/17			31/12/16		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	128	-	128	136	-	136
Edificações	3,66	9.575	(6.378)	3.197	9.696	(6.332)	3.364
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20,47	8.957	(6.550)	2.407	8.316	(7.160)	1.156
Máquinas e equipamentos	11,77	66.906	(43.799)	23.107	62.954	(42.189)	20.765
Equipamentos de informática	38,55	37.836	(32.460)	5.376	35.609	(30.203)	5.406
Veículos de transporte e apoio	14,74	90.008	(53.168)	36.840	98.999	(54.847)	44.152
Móveis e utensílios	12,48	5.855	(4.922)	933	6.045	(4.911)	1.134
Outros	19,80	18.311	(17.585)	726	18.196	(16.795)	1.401
Imobilizado em andamento (ii)	-	3.471	-	3.471	1.422	-	1.422
Total		241.047	(164.862)	76.185	241.373	(162.437)	78.936

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

- (i) Taxa média ponderada anual de depreciação.
- (ii) Referem-se a gastos com construção de edificações, benfeitorias em propriedade de terceiros e contrato de arrendamento mercantil ainda não finalizados.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/16	Impairment reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/17
Terrenos	136	-	-	(8)	-	-	128
Edificações	3.364	-	178	-	(351)	6	3.197
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.139	17	494	(211)	(643)	1.186	1.982
Máquinas e equipamentos	20.452	-	1.981	(550)	(4.711)	3.059	20.231
Equipamentos de informática	5.394	-	4.092	(50)	(4.763)	372	5.045
Veículos de transporte e apoio(i)	10.169	-	973	(2.328)	(2.274)	4	6.544
Móveis e utensílios	1.097	-	30	(45)	(221)	10	871
Outros	1.396	-	-	(64)	(610)	-	722
Imobilizado em andamento	5	-	6.541	(960)	-	(4.637)	949
Total	43.152	17	14.289	(4.216)	(13.573)	-	39.669

Controladora								
	Saldo líquido em 31/12/15	Impairment reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência de saldo por incorporação de Controlada	Transferências	Saldo líquido em 31/12/16
Terrenos	136	-	-	-	-	-	-	136
Edificações	3.661	-	47	-	(344)	-	-	3.364
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.780	385	31	(356)	(701)	-	-	1.139
Máquinas e equipamentos	23.656	148	2.257	(368)	(5.296)	43	12	20.452
Equipamentos de informática	6.235	26	2.606	(19)	(3.726)	272	-	5.394
Veículos de transporte e apoio(i)	15.312	-	1.500	(4.038)	(2.623)	-	18	10.169
Móveis e utensílios	1.484	33	4	-	(470)	58	(12)	1.097
Outros	2.045	-	223	(24)	(848)	-	-	1.396
Imobilizado em andamento	-	-	43	(20)	-	0	(18)	5
Total	54.309	592	6.711	(4.825)	(14.008)	373	-	43.152

- (i) As baixas se referem ao custo de alienação de parte da frota de veículos de distribuição, a qual é renovada em média a cada 3 anos.

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/16	Impairment reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/17
Terrenos	136	-	-	(8)	-	-	128
Edificações	3.364	-	178	-	(351)	6	3.197
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.156	17	816	(216)	(665)	1.299	2.407
Máquinas e equipamentos	20.765	-	2.739	(648)	(4.937)	5.188	23.107
Equipamentos de informática	5.406	-	4.239	(50)	(4.803)	584	5.376
Veículos de transporte e apoio	44.152	-	4.665	(4.185)	(7.879)	87	36.840
Móveis e utensílios	1.134	-	60	(49)	(231)	19	933
Outros	1.401	-	-	(63)	(612)	-	726
Imobilizado em andamento	1.422	572	11.657	(2.997)	-	(7.183)	3.471
Total	78.936	589	24.354	(8.216)	(19.478)	-	76.185

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017*

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/15	Impairment reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/16
Terrenos	136	-	-	-	-	-	136
Edificações	3.661	-	47	-	(344)	-	3.364
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.792	385	41	(356)	(706)	-	1.156
Máquinas e equipamentos	24.140	148	2.285	(369)	(5.451)	12	20.765
Equipamentos de informática	6.531	26	2.657	(21)	(3.787)	-	5.406
Veículos de transporte e apoio	51.864	-	10.676	(8.225)	(10.384)	221	44.152
Móveis e utensílios	1.594	33	8	(1)	(488)	(12)	1.134
Outros	2.045	-	228	(24)	(848)	-	1.401
Imobilizado em andamento	1.598	-	218	(173)	-	(221)	1.422
Total	93.361	592	16.160	(9.169)	(22.008)	-	78.936

a. Revisão e ajuste da vida útil estimada

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

b. Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “Impairment test”

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 para os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível apresentaram os seguintes resultados demonstrado a seguir:

	Controladora				
	31/12/15	(Reversão)	31/12/16	(Reversão)	31/12/17
Filial:					
Jaboatão dos Guararapes - PE	140	(140)	-	-	-
e-Fácil - MG (i)	3.608	-	3.608	-	3.608
Guarulhos - SP	38	(9)	29	(17)	12
Itatiaia - RJ	456	(439)	17	-	17
Cachoerinha - RS	4	(4)	-	-	-
Total	4.246	(592)	3.654	(17)	3.637
	Consolidado				
	31/12/15	(Reversão)	31/12/16	(Reversão)	31/12/17
Filial:					
Jaboatão dos Guararapes - PE	140	(140)	-	-	-
e-Fácil - MG (i)	3.608	-	3.608	-	3.608
Guarulhos - SP	38	(9)	29	(17)	12
Itatiaia - RJ	456	(439)	17	-	17
Cachoerinha - RS	4	(4)	-	-	-
Ativos da Controlada SLIM-GO (ii)	572	-	572	(572)	-
Total	4.818	(592)	4.226	(589)	3.637

- (i) Refere-se a sistemas aplicativos do Efacil
- (ii) Refere-se a baixa de imobilizado com perdas permanente.

c. Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes líquidos de depreciação, demonstrados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Imóveis	1	1
Veículos	80	199
Total	81	200

12 Intangível

	Controladora						
	31/12/17			31/12/16			
	Taxa (i) - %	Amortização		Amortização			
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Sistema de processamento de dados	19,17	70.419	(55.195)	15.224	62.255	(49.600)	12.655
Marcas e patentes	9,97	796	(504)	292	741	(457)	284
Intangível em andamento (ii)	-	1.979	-	1.979	5.882	-	5.882
Outros	-	10	-	10	10	-	10
Total		73.204	(55.699)	17.505	68.888	(50.057)	18.831
Consolidado							
31/12/17			31/12/16				
Taxa (i) - %	Amortização		Amortização				
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Sistema de processamento de dados	19,17	71.041	(55.312)	15.729	62.480	(49.611)	12.869
Marcas e patentes	9,97	795	(503)	292	741	(457)	284
Intangível em andamento (ii)	-	1.980	-	1.980	5.882	-	5.882
Outros	-	10	-	10	10	-	10
Total		73.826	(55.815)	18.011	69.113	(50.068)	19.045

- (i) Taxa média ponderada anual de amortização.
- (ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos.

A movimentação dos saldos de ativos intangíveis é como segue:

Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/16	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/17
Sistema de processamento de dados	12.655	1.730	(7)	(5.647)	6.493	15.224
Marcas e patentes	284	55	-	(47)	-	292
Intangível em andamento	5.882	2.590	-	-	(6.493)	1.979
Outros	10	-	-	-	-	10
Total	18.831	4.375	(7)	(5.694)	-	17.505

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/15	Adições	Baixas	Amortização	Transferência de saldo de controlada por Incorporação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/16
Sistema de processamento de dados	11.160	2.222	(63)	(4.963)	301	3.998	12.655
Marcas e patentes	235	35	(1)	(42)	57	-	284
Intangível em andamento	4.674	2.263	(2)	-	2.945	(3.998)	5.882
Outros	10	-	-	-	-	-	10
Total	16.079	4.520	(66)	(5.005)	3.303	-	18.831

Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/16	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/17
Sistema de processamento de dados	12.869	1.885	(6)	(5.740)	6.721	15.729
Marcas e patentes	284	55	-	(47)	-	292
Intangível em andamento	5.882	2.819	-	-	(6.721)	1.980
Outros	10	-	-	-	-	10
Total	19.045	4.759	(6)	(5.787)	-	18.011

Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/15	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/16
Sistema de processamento de dados	11.451	2.472	(62)	(5.016)	4.024	12.869
Marcas e patentes	294	36	(1)	(45)	-	284
Intangível em andamento	6.670	3.238	(2)	-	(4.024)	5.882
Outros	10	-	-	-	-	10
Total	18.425	5.746	(65)	(5.061)	-	19.045

A Sociedade esclarece que todos os seus ativos intangíveis são adquiridos de terceiros e que não possui nenhum ativo intangível gerado internamente.

Com relação ao teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment test”, ver nota explicativa nº 3.i.

13 Locações

Os contratos de locação de imóveis têm prazos de 60 meses, reajustados anualmente, e as prestações têm periodicidade mensal.

Os pagamentos mínimos futuros de locações de imóveis são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Até um ano	1.251	1.583	1.313	1.583

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Fornecedores de mercadorias	743.604	710.594	754.151	714.576
Fornecedores de serviços e consumo	19.415	17.796	21.536	17.881
Fornecedores de serviços partes relacionadas (nota explicativa 9.a)	6.227	12.027	1.217	5.009
Total	769.246	740.417	776.904	737.466

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo de amortização. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez desses empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa 21.

	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Arrendamento mercantil (a):						
Banco Itaú Leasing S.A. - Finame Leasing	2,5 a.a.	01/09/17	-	1.952	-	1.952
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	18/11/19	-	-	5.225	8.047
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	16/12/19	-	-	97	48
Rabobank - FIDC (b)	109,5% do CDI	02/06/19	169.123	224.782	149.150	201.585
Outros						
Banco Regional de Brasília (c)	1,21% a.a.	10/03/68	4.848	-	4.848	-
Total			173.971	226.734	159.320	211.632
Passivo circulante			-	1.952	2.723	4.679
Passivo não circulante			173.971	224.782	156.597	206.953
Total			173.971	226.734	159.320	211.632

- (a) Contratos de arrendamento mercantil, com prazos de pagamento entre 36 e 60 meses, firmados para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros ativos imobilizados, devendo os bens ser adquiridos ao final dos contratos pelos seus valores residuais. Esses contratos têm como garantia a alienação fiduciária dos respectivos bens a que estão atrelados.

- (b) O Martins FIDC é um fundo de recebíveis constituído para fins de aquisição dos direitos creditórios de clientes da Sociedade. O Fundo adquire diretamente da Sociedade os direitos creditórios representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a prazo. O saldo em aberto desses recebíveis em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 169.271 (R\$ 225.040 em 31 de dezembro de 2016).
- (c) Banco Regional de Brasília - contrato firmado conforme as disposições do capítulo III da Lei nº 3.196, de 20 de setembro de 2003, que institui e regula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - Pró-DF II, alterada pelas Leis nº 3.273, de 31 de dezembro de 2003, e nº 3.587, de 12 de abril de 2005, complementada pela Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e em conformidade também com as disposições dos Decretos nº 24.430, de 2 de março de 2004, e nº 28.852, de 12 de março de 2008. As características do benefício e as condições de utilização estão destacadas na nota explicativa nº 16.a).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros em suas demonstrações financeiras.

16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
ICMS (a)	32.475	37.817	33.479	38.608
ICMS parcelado (b)	2.745	-	2.745	-
IRRF	2.840	2.664	2.969	2.750
COFINS (c)	964	3.182	1.545	3.630
PIS (c)	171	649	297	747
IRPJ/CSLL parcelados (d)	1.782	-	1.782	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	207	200	331	281
Outros impostos, taxas e contribuições	499	514	838	808
	41.683	45.026	43.986	46.824
Total	41.683	45.026	43.986	46.824
Circulante	39.450	45.026	41.753	46.824
Não circulante	2.233	-	2.233	-
	41.683	45.026	43.986	46.824
Total	41.683	45.026	43.986	46.824

- (a) ICMS a pagar.

A Sociedade gozava de incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal, os quais foram concedidos pela Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal e consistiam na redução de 70% do referido imposto, não podendo ultrapassar 25% do faturamento mensal da Sociedade.

Estes incentivos fiscais de ICMS foram revogados pelo Distrito Federal e vigoraram até dezembro de 2013. Existe um saldo de ICMS a financiar registrado nas Demonstrações Financeiras de 2017 no montante de R\$ 7.305 relativo ao ano de 2013 (R\$ 12.153 em 2016 relativo aos anos de 2012 e 2013), que ainda goza do direito dos incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal. Em 22 de dezembro de 2017, a Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal autorizou o Banco de Brasília -BRB a financiar o saldo de ICMS relativo ao ano de 2012, no montante de R\$ 4.848, cumprindo assim os termos do Regime Especial.

- (b) ICMS parcelado

Em 05 de dezembro de 2017, a Administração da Sociedade obteve junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, Termo de Acordo de Parcelamento de ICMS, objeto de autuação anteriormente lavrado, relativo a diferenças de base de cálculo entre o preço de transferência e o preço praticado

internamente. O parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, as quais estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia - Selic.

(c) PIS e COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos

Em 2008 a Sociedade entrou com mandado de segurança para exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS e a restituição do indébito. A sentença foi de concessão parcial da ordem, a justiça reconhecendo ser indevido a inclusão do valor do ICMS efetivamente pago na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, e autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos. A União Federal interpôs recursos de apelação à 7ª turma do TRF da 1ª Região, que negou provimento à remessa oficial e ao recurso fazendário e deu provimento à apelação da Sociedade, para deixar consignado que as contribuições para o PIS e a COFINS devem incidir sobre o faturamento com a exclusão do ICMS da base de cálculo e sem a limitação da sentença quanto aos valores pagos.

A União Federal interpôs os recursos extraordinário e especial, pela denegação da ordem e limitação do comando judicial, para que a exclusão do ICMS seja limitada até a vigência das Leis nº 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003. Ambos recursos foram sobrestados até o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, ocorrido em março de 2017, no qual atualmente encontram-se pendentes de julgamento os embargos de declaração opostos pela União Federal.

Após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, o desembargador presidente do TRF-1ª Região negou seguimento aos recursos especial e extraordinário interposto pela União Federal, não obstante, o julgamento individual do processo foi favorável a Sociedade perante o TRF-1ª Região. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda remota para essa demanda, e a partir de março de 2017, passou a excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições.

(d) IRPJ/CSLL parcelados - PERT

Em agosto de 2017, a Administração da Sociedade aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) nos termos da Medida Provisória nº 783/17, convertida na Lei 13.496/2017, para pagamento de tributos federais IRPJ e CSLL relacionados a processos administrativos e judiciais, que, no julgamento da Administração e de acordo com parecer de seus consultores jurídicos, possuem probabilidade de perda provável no montante de R\$2.104 conforme nota explicativa 19, procedendo à desistência das ações administrativas e judiciais e à renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundam as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios da Lei. A administração optou pela modalidade de pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o restante será liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e 70% (setenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.

17 Salários, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Férias	18.007	22.989	21.423	26.213
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.357	1.437	1.640	1.687
Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	6.275	6.384	6.771	6.790
Participação nos lucros	-	7.959	-	8.573
Outros	32	52	57	83
Total	25.671	38.821	29.891	43.346

18 Imposto de renda e contribuição social

a. IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (i)	10.385	13.325	10.385	13.325
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.662	16.096	15.662	16.096
Perdas com créditos de ICMS	4.685	4.803	4.685	4.803
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	722	921	722	921
Provisão para perdas com créditos diversos	514	609	514	609
Perdas e desvalorização dos estoques	539	952	539	952
Participação nos lucros	-	2.706	-	2.706
Provisão para despesas operacionais diversas	9.286	6.858	9.286	6.858
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14 (ii)	2.015	1.733	2.015	1.733
Depreciação acelerada - Lei nº 12.788/12	(1)	(218)	(1)	(218)
Total	43.807	47.785	43.807	47.785

- (i) Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade possuía um saldo de Prejuízo Fiscal no montante de R\$31.390 e R\$28.186 da Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social (R\$40.109 e R\$36.645 em 2016 respectivamente).
- (ii) Os valores apresentados referem-se às diferenças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e alterações introduzidas pela Lei 12.973/14 apuradas pelas estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível.

A movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos ativos e passivos é como segue:

	31/12/15	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	31/12/16	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	31/12/17
Diferenças temporárias:					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	17.339	(4.014)	13.325	(2.940)	10.385
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.368	(272)	16.096	(434)	15.662
Perdas com créditos de ICMS	6.350	(1.547)	4.803	(118)	4.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.176	(255)	921	(199)	722
Provisão para perdas com créditos diversos	1.443	(834)	609	(95)	514
Perdas e desvalorização dos estoques	1.761	(809)	952	(413)	539
Participação nos lucros	269	2.437	2.706	(2.706)	-
Provisão para despesas operacionais diversas	7.434	(576)	6.858	2.428	9.286
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	1.286	447	1.733	282	2.015
Depreciação acelerada - Lei nº 12.788/12	(497)	279	(218)	218	-
Total	52.929	(5.144)	47.785	(3.977)	43.808

Em conformidade com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Sociedade apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	8.771	8.771
2019	10.062	10.062
2020	7.093	7.093
2021	7.995	7.995
2022	9.886	9.886
Total	43.807	43.807

Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Sociedade e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Sociedade.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos cinco anos de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente. Considera-se também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira.

b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	50.177	58.610	56.833	67.660
Aliquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(17.060)	(19.927)	(19.323)	(23.004)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Efeitos dos lucros das empresas com base no lucro presumido (*)	-	-	5.266	13.121
Imposto de renda pago com base nas empresas de lucro presumido	-	-	(2.381)	(7.756)
Equivalência patrimonial	8.083	11.230	-	-
Efeito da dedução dos juros sobre o capital próprio	1.020	1.360	1.020	1.360
Despesas indedutíveis	(742)	(230)	(1.079)	(231)
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	(121)	528	1.001	528
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	102	(1.525)	32	(1.589)
Outros	(1.774)	(2.653)	(1.677)	(2.633)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(10.492)	(11.217)	(17.141)	(20.204)
Correntes	(6.515)	(5.532)	(13.164)	(15.060)
Diferidos	(3.977)	(5.685)	(3.977)	(5.144)
Total	(10.492)	(11.217)	(17.141)	(20.204)
Taxa efetiva	(20,9%)	(19,1%)	(30,2%)	(29,9%)

(*) As empresas controladas Martins Veículos e MIL apuram o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido em 2017, aplicando sobre o seu faturamento a taxa efetiva de 3% e 8% respectivamente.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

19 Provisões

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e processos cíveis. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus consultores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. As provisões constituídas para os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

a. Passivos da Sociedade relacionados a riscos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Tributários	11.841	15.188	12.007	15.354
Cíveis	11.861	12.909	11.891	12.939
Trabalhistas	22.362	20.826	22.984	22.447
Total	46.064	48.923	46.882	50.740

b. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora						31/12/17
	31/12/16	Constituição	Reversão	Pagamento	Parcelamento	Atualização monetária	
Tributários	15.188	45	(2.134)	(185)	(2.104)	1.031	11.841
Cíveis	12.909	1.098	-	(3.719)	-	1.573	11.861
Trabalhistas	20.826	8.016	(2.971)	(6.014)	-	2.505	22.362
Total não circulante	48.923	9.159	(5.105)	(9.918)	(2.104)	5.109	46.064

	Controladora						31/12/16
	31/12/15	Constituição	Reversão	Pagamento	Transf. de saldo por Incorporação de Controlada	Atualização monetária	
Tributários	16.995	1.891	(4.940)	(631)	-	1.873	15.188
Cíveis	13.067	5.215	(2.941)	(4.974)	-	2.542	12.909
Trabalhistas	19.506	16.102	(8.253)	(9.911)	572	2.810	20.826
Total não circulante	49.568	23.208	(16.134)	(15.516)	572	7.225	48.923

	Consolidado						31/12/17
	31/12/16	Constituição	Reversão	Pagamento	Parcelamento	Atualização monetária	
Tributários	15.354	45	(2.134)	(185)	(2.104)	1.031	12.007
Cíveis	12.939	1.242	-	(3.863)	-	1.573	11.891
Trabalhistas	22.447	8.728	(4.654)	(6.164)	-	2.627	22.984
Total não circulante	50.740	10.015	(6.788)	(10.212)	(2.104)	5.231	46.882

	Consolidado					
	31/12/15	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/16
Tributários	17.161	1.891	(4.940)	(631)	1.873	15.354
Cíveis	13.097	5.243	(2.941)	(5.002)	2.542	12.939
Trabalhistas	20.053	17.925	(8.470)	(10.013)	2.952	22.447
Total não circulante	50.311	25.059	(16.351)	(15.646)	7.367	50.740

c. Natureza dos riscos

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Riscos tributários** - referem-se, basicamente, a ICMS, ICMS-ST, INSS, IRPJ e CSLL, principalmente relativos a exercícios anteriores.
- **Riscos trabalhistas** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- **Reclamações cíveis** - as principais ações estão relacionadas a indenizações sobre acidentes de trânsito, reclamações de clientes e ações indenizatórias de representantes comerciais.

d. Ativos da Sociedade e de suas controladas relacionados aos depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Processos cíveis	1.789	1.767	1.855	1.833
Processos trabalhistas	9.375	8.210	9.562	8.287
Processos tributários	1.357	1.346	1.363	1.351
Total	12.521	11.323	12.780	11.471

e. Perdas possíveis

A Sociedade tem ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 246.897 (R\$ 258.818 em 31 de dezembro de 2016).

Processo ICMS - DF

Em julho de 1998, a Sociedade firmou acordo com o Governo do Distrito Federal definindo regime especial para a apuração do ICMS sobre transferências de mercadorias do Distrito Federal para a matriz da Sociedade em Uberlândia - MG. Entretanto, o Governo do Estado de São Paulo impetrou ação cível e ação cautelar contra o referido acordo, ainda pendentes de decisão judicial. A Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos acreditam que esse acordo cumpre as exigências da legislação pertinente, como também no fato de que a Sociedade não incorrerá em perdas com os processos em andamento.

Em fevereiro de 1999, a Sociedade foi questionada pela Fiscalização Estadual de São Paulo, que exige o recolhimento de diferencial de ICMS nas transferências de mercadorias da filial localizada em São Paulo para o Distrito Federal. Tais questionamentos estão em discussão na esfera administrativa, e a Administração da Sociedade, com base em avaliações de seus consultores jurídicos, entende que obterá desfecho favorável nesses processos.

Em 25 de fevereiro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, no montante original de R\$ 174.147 (R\$ 299.520 em 31 de dezembro de 2017), alegando que todas as operações da Sociedade no período de julho de 1998 a junho de 1999 não estavam sob o abrigo do Termo de Acordo de Regime Especial - TARE e sim sujeitas ao regime normal de apuração do ICMS.

Em 02 de outubro de 2015, a quase totalidade do crédito tributário foi julgado pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal como extinta pela decadência. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para o saldo remanescente no montante de R\$ 31.828.

Processo ICMS - MG

Em 28 de dezembro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, no montante original de R\$ 18.506 (R\$ 51.043 em 31 de dezembro de 2017), alegando falta de destaque de ICMS devido relativo a operações interestaduais de bonificações e redução da base de cálculo do referido imposto referente ao exercício de 2004. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para essa demanda.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Sociedade, no montante de R\$ 124.738 está representado por 124.737.896 ações ordinárias sem valor nominal.

A Sociedade pode emitir novas ações até o limite autorizado pela Lei nº 6.404/76, em que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas.

b. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No ano de 2014 a reserva legal atingiu os 20% do capital social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e deixou de ser constituída.

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado em Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Sociedade.

A Sociedade poderá distribuir dividendos com base em balanços intermediários, em períodos inferiores a 12 meses, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital, acrescidos dos lucros acumulados e do lucro do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Sociedade aprovou em 2017 e em 2016 a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, pelo seu valor líquido do IRRF. O montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 3.000 foi contabilizado, em 31 de dezembro de 2017, como distribuição de dividendos a débito do patrimônio líquido, e em atendimento à legislação fiscal, foi excluído da apuração do Lucro Real.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/17	31/12/16
Lucro líquido do exercício	39.685	47.393
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>9.921</u>	<u>11.848</u>
O dividendo proposto tem a seguinte composição:		
Juros sobre o capital próprio	3.000	4.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(450)	(600)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar do exercício	<u>6.921</u>	<u>7.848</u>
Dividendos a pagar	<u>9.471</u>	<u>11.248</u>

d. Participação não controladora

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Saldos no início do exercício	17	5
Participação dos não controladores no lucro do exercício	7	63
Alteração de participação de não controladores	(8)	(51)
Saldos no fim do exercício	16	17

21 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Sociedade estão classificados nas seguintes categorias:

- (i) Investimentos mantidos até o vencimento;
- (ii) Empréstimos e recebíveis e
- (iii) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A posição dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	120.641	220.145	141.205	264.323
Contas a receber (nota explicativa nº 6)	479.858	433.670	484.522	434.665
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 19.d)	12.521	11.323	12.780	11.471
Investimentos mantidos até o vencimento-				
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (nota explicativa nº 5)	22.390	31.765	2.416	8.567
Total	635.410	696.903	640.923	719.026
Passivos financeiros mensurados a custo ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	173.971	226.734	159.320	211.632
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	769.246	740.417	776.904	737.466
Total	943.217	967.151	936.224	949.098

b. Valores justos dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

A Administração da Sociedade é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o

vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços. Sendo assim, os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, títulos a receber, fornecedores e adiantamentos de clientes possuem uma aproximação razoável do valor justo.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos são calculados considerando o seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de Mercado divulgadas por fontes externas (BM&F Bovespa e AE Broadcast), pelo prazo a decorrer, sendo que o valor contábil difere aproximadamente em 1% do valor justo e, portanto, o valor justo dos empréstimos possui uma aproximação razoável do valor contábil.

c. Hierarquias de valores justos

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade e suas controladas. Os diferentes níveis foram definidos da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes.
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Sociedade e suas controladas evidenciam no quadro abaixo, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

	2017			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	141.205	-	141.205	-
Contas a receber (nota explicativa nº 6)	484.522	-	484.522	-
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 19.d)	12.780	-	12.780	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (nota explicativa nº 5)	2.416	-	2.416	-
Total Ativos Financeiros	640.923	-	640.923	-
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	159.320	-	159.320	-
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	776.904	-	776.904	-
Total Passivos Financeiros	936.224	-	936.224	-

d. Gestão do risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, para atender aos pequeno e médio varejos, e maximizar os recursos para prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em suas operações.

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	173.971	226.734	159.320	211.632
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	(120.641)	(220.145)	(141.205)	(264.323)
Dívida líquida	53.330	6.589	18.115	(52.691)
Patrimônio líquido	374.437	344.673	374.453	344.690
Alavancagem	14,2%	1,9%	4,8%	(15,3%)

e. Gerenciamento de riscos financeiros

A Sociedade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

A política de vendas da Sociedade está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A Sociedade conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos montantes de R\$ 2.124 na controladora e R\$ 2.363 no consolidado (R\$ 2.708 na controladora e R\$ 2.806 no consolidado em 31 de dezembro de 2016), representativos de 0,68% e 0,74%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (1,28% e 1,32% em 31 de dezembro de 2016) do saldo bruto de contas a receber de clientes em aberto, para cobrir os riscos de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(ii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa suficiente, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa

esperado e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4). Além disso, a política de gestão de liquidez da Sociedade envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Os vencimentos dos passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	2018	2019	2068	Total
Empréstimos e financiamentos	151.873	2.599	4.848	159.320
Fornecedores	776.904	-	-	776.904

Adicionalmente, a Sociedade possui fianças bancárias obtidas para fazer face a regimes especiais de recolhimento de ICMS, no montante total de R\$ 37.034, sendo este o valor máximo que a Sociedade pode ser obrigada a liquidar, conforme os termos dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte.

(iii) Riscos de mercado

Risco com taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem os valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não possuía obrigações de empréstimos em moeda estrangeira, e possuía saldo no montante de R\$3.364 (R\$3.594 em 2016) referente aquisição de mercadorias importadas.

Risco de taxas de juros

A Sociedade avalia que o risco máximo de taxa de juros está ligado exclusivamente às operações indexadas ao CDI. Atualmente não possui operações de empréstimos e financiamentos vinculadas a este indexador, o que considera inexistente o risco de taxa de juros.

As operações têm o seu custo determinado em taxas prefixadas no montante R\$ 5.322 (R\$ 10.047 em 2016) de financiamento para aquisição de veículos, e R\$4.848 do Banco Regional de Brasília, exceto R\$ 149.150 (R\$ 201.585 em 2016) do FIDC.

Análise de sensibilidade

Para efeito de análise de sensibilidade, a Sociedade adotou a taxa do CDI projetada pelo mercado até 31 de dezembro de 2017. Projetando um cenário de apreciação com aumento desta taxa de 6,92% para 7,92% e para 8,92% ao ano, a Sociedade teria um resultado positivo de rendimentos de aplicações financeiras de R\$ 1.311 e R\$ 2.622, respectivamente. Já em um cenário de deterioração com redução desta taxa de 6,92% para 5,92% e para 4,92% ao ano, a Sociedade teria uma redução no resultado esperado de rendimentos de aplicações financeiras no montante de R\$1.312 e R\$ 2.624, respectivamente.

Portanto, a Administração entende que não há descasamento de indexadores que poderiam trazer risco à Sociedade em uma eventual oscilação de mercado.

f. Instrumentos financeiros derivativos

No ano-calendário de 2017 e 2016, a Sociedade não realizou nenhuma operação de derivativos.

g. Compromissos

Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais dados ou recebidos não registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Cédula de Crédito Comercial com o Banco de Brasília S.A. - BRB (vide nota explicativa nº 16)	348.338	348.338	348.338	348.338

22 Plano de suplementação de aposentadoria

Plano de previdência privada

A Sociedade é copatrocinadora da MartinsPrev, entidade fechada de previdência privada complementar, que tem como objetivo oferecer a seus funcionários participantes benefícios de aposentadoria, invalidez e pensão por morte.

A MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadorias) e de benefício de risco (invalidez e pensão por morte). Para a aposentadoria, o patrocinador contribui com 1,92% (1,89% em 31 de dezembro de 2016) da folha de pagamento dos participantes. Para invalidez e pensão, planos custeados integralmente pelo patrocinador, a contribuição no ano 2017 equivale a 1,63% (1,51% em 31 de dezembro de 2016) da folha de pagamento dos participantes.

Até fevereiro de 2009, o patrocinador contribuía com 1,34% da folha de pagamento dos participantes para a modalidade de contribuição definida. A partir de março de 2009, o plano foi alterado e o patrocinador passou a contribuir mensalmente com um percentual que incide sobre o salário de participação do participante, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Salário de participação - em reais -R\$ (*)	Contribuição normal do patrocinador - %
1.927,05	0,25
1.927,05 a 3.854,18	0,50
3.854,19 a 5.781,25	0,75
5.781,26 a 7.708,36	1,00
7.708,37 a 9.635,43	2,50
9.635,44 a 11.562,52	3,00
11.562,53 a 15.416,70	3,50
15.416,71 a 19.270,88	4,00
Acima de 19.270,89	5,00

(*) Valores praticados de dezembro de 2016 a novembro de 2017.

O passivo atuarial relacionado aos benefícios de risco (pensão por invalidez e morte) é repassado à Bradesco Vida e Previdência S.A., por meio do Convênio de Repasse de Riscos, a qual se responsabiliza pela respectiva cobertura, motivo pelo qual não há consignado nenhum passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No ano 2017 a Sociedade contribuiu com R\$ 4.038 (R\$3.726 em 2016).

Informações adicionais:

- O percentual de 1,63% referente aos Benefícios de Risco (Invalidez e Morte) é definido de acordo com o Artigo 16 do Regulamento do Plano.
- O reajuste dos valores das contribuições está no Artigo 24 do Regulamento do Plano.

Os atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios MartinsPrev no ano de 2013 constituíram déficit sobre os benefícios concedidos, sendo que as principais razões para o surgimento do déficit foram a rentabilidade obtida no investimento dos recursos garantidos dos benefícios ter sido inferior à meta atuarial registrada no mesmo período, bem como as perdas em decorrência de movimentação cadastral no Plano. A quantidade de participantes que se apresentaram até fevereiro de 2009 que ainda tinha direito ao plano de benefício é irrelevante. A Administração e seus consultores legais entendem que o valor provisionado nas demonstrações financeiras atende aos futuros desembolsos de caixa e que anualmente esta reserva será revisada. A Administração da Sociedade formalizou Plano de Equacionamento do Déficit Técnico a ser amortizado em 20,08 anos (241 meses). No ano de 2017, foi amortizado o montante de R\$ 45 (R\$42 em 2016), e o saldo de R\$ 462 está registrado como passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 (R\$ 507 em 2016).

23 Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receita bruta de mercadorias	4.851.864	4.632.275	4.895.153	4.633.328
Receita bruta de serviços	49.115	29.046	59.015	57.421
Impostos sobre vendas	(626.970)	(638.885)	(636.953)	(641.476)
Devoluções e abatimentos	(43.103)	(36.571)	(43.846)	(36.663)
	<u>4.230.906</u>	<u>3.985.865</u>	<u>4.273.369</u>	<u>4.012.610</u>

24 Natureza dos custos e das despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Custo das mercadorias vendidas	(3.379.683)	(3.199.416)	(3.399.260)	(3.199.686)
Custos e despesas com folha de pagamento	(251.761)	(246.604)	(299.127)	(298.192)
Comissões sobre vendas	(138.561)	(131.187)	(138.941)	(131.577)
Manutenção, armazenagem e frete	(249.192)	(240.294)	(163.957)	(146.941)
Despesas de aluguel	(28.443)	(29.334)	(32.014)	(32.787)
Acordos comerciais	(23.487)	(15.422)	(23.599)	(22.071)
Depreciação e amortização	(19.268)	(19.013)	(25.265)	(27.069)
Serviços prestados por terceiros	(33.480)	(29.330)	(36.078)	(32.726)
Despesas com utilidades	(16.489)	(15.850)	(17.260)	(16.853)
Despesas com tributos	(14.639)	(5.579)	(35.914)	(23.183)
Despesas com propaganda e publicidade	(12.447)	(12.644)	(12.454)	(13.816)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, perdas em estoque e ICMS	2.146	8.068	2.005	7.996
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.054)	(7.073)	(3.227)	(8.708)
Outras despesas	(68.411)	(32.575)	(71.485)	(35.380)
	<u>(4.237.769)</u>	<u>(3.976.253)</u>	<u>(4.256.576)</u>	<u>(3.980.993)</u>

Representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.408.564)	(3.212.116)	(3.430.119)	(3.225.805)
Despesas comerciais e de distribuição	(718.675)	(668.982)	(693.085)	(639.897)
Despesas gerais e administrativas	(110.530)	(95.155)	(133.372)	(115.291)
Total	(4.237.769)	(3.976.253)	(4.256.576)	(3.980.993)

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receitas:				
Bonificações recebidas de fornecedores (*)	18.104	13.695	18.104	24.587
Vendas acessórias	328	379	328	404
Aluguel	2.504	2.774	2.331	2.650
Vendas de bens do ativo imobilizado	3.677	3.948	9.108	12.230
Despesas e custos recuperados	1.907	1.571	2.321	1.871
Resultado com alienação de investimento	(20)	-	(20)	-
Provisão (reversão) para perdas ao valor recuperável	17	592	589	592
Outras receitas	13.014	2.664	13.014	2.664
Despesas:				
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(435)	(388)	(2.468)	(391)
Outras despesas	-	-	-	(152)
Total	39.096	25.235	43.307	44.455

(*) Com a incorporação da controlada Smart em 29 de julho de 2016, as bonificações passaram a ser reconhecidas na Controladora.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	6.688	8.249	6.960	4.270
Ganhos com aplicações financeiras	11.651	25.779	14.845	31.260
Rendimentos - investimentos - FIDC	6.924	7.943	6.924	7.943
Outras receitas	5.595	253	5.608	364
	30.858	42.224	34.337	43.837
Despesas financeiras:				
Juros pagos	(2.513)	(2.864)	(2.931)	(3.434)
Descontos concedidos	(55)	(56)	(111)	(58)
Juros sobre operações FIDC	(27.188)	(40.336)	(27.188)	(40.336)
Outras despesas	(7.068)	(8.888)	(7.534)	(9.128)
	(36.824)	(52.144)	(37.764)	(52.956)
Variações monetárias e cambiais:				
Variações monetárias e cambiais ativas	642	1.171	665	1.225
Variações monetárias e cambiais passivas	(505)	(518)	(505)	(518)
	137	653	160	707
Total	(5.829)	(9.267)	(3.267)	(8.412)

27 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Ativos - imóveis	292.000
Responsabilidade civil - operações	10.000

A Sociedade opta pela não contratação de seguros para sua frota de caminhões com valor residual de R\$ 5.922 (R\$ 9.447 em 31 de dezembro de 2016), uma vez que, com base em análises internas aprovadas pela Administração, entende que o risco de sinistro é substancialmente diluído.

* * *

Diretoria

Alair Martins do Nascimento - Presidente do Conselho de Administração
Flávio Lúcio Borges Martins da Silva- Diretor Geral
Rubens Batista Júnior - Diretor Financeiro

Contador

Marcos Antônio de Souza
CRC SP 154.526/O-7 "T" MG